

O bicentenário da guerra de Independência do Brasil

Pedro, põe a coroa sobre tua cabeça antes que um aventureiro lance mão dela.



Pedro I e a coroa, retratados pouco depois da Independência

Adler Homero Fonseca de Castro

O cronista Joaquim Manuel de Macedo, o autor do livro *A Moreninha*, escreveu em sua obra, *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária*, de 1851, que o rei D. João VI, ao embarcar de volta para Portugal, em abril de 1821, teria abraçado seu filho, o príncipe D. Pedro, e dito o seguinte: “*Pedro, o Brasil brevemente se separará de Portugal; se assim for, põe a coroa sobre a tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela*”. A frase viria se tornar um símbolo do processo de Independência do Brasil, como algo feito pacificamente, de “pai para filho”.

Para o governo e a elite intelectual do Império era importante criar e consolidar uma noção de continuidade com o passado da Nação, especialmente considerando os conturbados anos do período da Regência (1831-1840), muitos deles caracterizados por lutas contra os elementos portugueses que tinham permanecido no Brasil. Por isso, os historiadores e cronistas começaram a criar uma visão pacífica, voltada para uma percepção idealizada de qual teria sido a então recente história do Império. Parte dessa proposta era criar a noção de que o processo de Independência fora

pacífico e tranquilo e a campanha feita para firmar essa forma de ver a história do País foi muito bem-sucedida. Nas páginas desta *DaCultura*, já foi publicado um artigo dizendo que a Independência foi feita “sem guerra e sem sangue” e o autor dessas linhas, ao dar uma aula sobre as fortificações construídas na Bahia em 1822, durante a Guerra de Independência, foi perguntado por uma professora: “mas que guerra é essa?” Em outro momento, vi alunos fazerem troça de um baiano, quando se discutiam as comemorações do 2 de julho, ambos os casos mostrando o desconhecimento total que há sobre o assunto.

Trabalho em um órgão da Cultura, que participa dos preparativos para a celebração do bicentenário da Independência, vejo nos documentos internos só se falar do 7 de setembro, como se a separação do Brasil de Portugal se resumisse a uma ação individual de Pedro I naquela data – e nada mais. Hoje em dia não se pensa na Independência como algo que foi dispendioso, demorado e obtido à custa de muito sangue. Um problema que se agravou quando certos fatos da história do Brasil passaram a ser considerados como pouco importantes, pois justamente tratavam de uma série de acontecimentos de um processo que era “inevitável” e que ocorreria de qualquer maneira, sem oposição. Queremos mostrar que a história real pode ser vista de forma bem diferente.

Um fato importante a lembrar é que desde o século XVIII já havia um sentimento de haver uma nacionalidade brasileira em oposição a uma pátria portuguesa, a que todos pertenceriam. Também ficava cada vez mais evidente que o esquema de exploração colonial não era um que fosse feito para beneficiar os brasileiros, algo que foi bem resumido por Luís dos Santos Vilhena, que, em 1801, escreveu “não é das menores des-



Monumento à Independência na Bahia, 2 de julho de 1823

graças o viver em colônias”, referente à situação da Bahia naquele período. Havia um crescente ressentimento para com Portugal, que não dava retorno para os pesados impostos recolhidos no Brasil, enviados sem muita preocupação do que era necessário no País: há uma noção muito errada de que Portugal pagava despesas da Colônia, o que é totalmente falso. Os impostos locais, cobrados de brasileiros, eram que sustentavam as despesas feitas na Europa, a ponto de um plano defensivo elaborado em São Paulo no período das guerras com a Espanha não poder ter sido implantado pois, como pensava o governador Morgado de Mateus, “não é justo que se defraudem os Reais quintos de S. Majestade que são necessários para os outros gastos já estabelecidos da Monarquia e para se sustentar o Real esplendor do trono”.

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, diminuiu as tensões que havia ao dar uma certa autonomia à administração local e pela criação de uma série de organismos burocráticos que antes só havia na Europa, dando maiores oportunidades para brasileiros subirem na burocracia governamental. Além disso, o governante passou a reinar no Brasil, que antes sempre estivera afastado das vistas das autoridades portuguesas, mais interessadas em assuntos europeus. A criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves viria a reforçar a impressão que se criava, de que não éramos mais subordinados, mas sim parceiros. Só que se isso era considerado como positivo para os brasileiros, os lusitanos encaravam a ação de forma diferente. Por exemplo, as guerras no Sul contra os Espanhóis e suas antigas colônias tinham sido feitas sempre com tropas brasileiras, do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, de Minas Gerais e Pernambuco. Um regimento de milícias, a *Legião de São Paulo*, que em teoria só deveria servir por um curto espaço de tempo, dentro das fronteiras da capitania, ficou onze anos combatendo no Sul, entre 1817 e 1828, tudo isso pago com dinheiro de impostos do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entanto, quando Portugal enviou a *Divisão de Voluntários Reais* para o Sul do Brasil, em 1816, com os custos sendo arcados pela metrópole, isso gerou um descontentamento muito grande na Europa, a ponto de se considerar que o pagamento dessas tropas no Brasil foi uma das causas da Revolução do Porto, de 1820.

A Revolução do Porto seria um ponto de inflexão importante na história dos dois países. Pela primeira vez se propunha a aprovação de uma constituição, com claros limites aos poderes do monarca. Para o Brasil, mais importante foi a adesão das diversas capitanias ao movimento constitucional português: já em 1º de janeiro de 1821 os habitantes de Belém, ao receber notícias do movimento revoltoso em Portugal, se levantaram e derrubaram o governador, o conde de



Soldado português do 1º Batalhão de voluntários Reais

Vila Flor, criando uma Junta Governativa, composta por brasileiros e portugueses. O movimento se espalhou pelo resto do Brasil: em fevereiro as tropas em Salvador proclamaram-se pela futura constituição e um contingente que foi enviado para verificar a situação foi alvejado pela artilharia do forte de São Pedro, morrendo um major e dezesseis soldados. Pode-se dizer que os primeiros disparos da Guerra de Independência ocorreram em Salvador.

O futuro Marquês de Abrantes, Felisberto Caldeira Brant, que comandara as forças enviadas contra o motim, mais tarde no mesmo dia, em uma reunião com o governador português, declarou que para o Brasil seria mais vantajoso e oportuno separar-se da antiga metrópole e cuidar dos interesses pró-

prios. Apesar da posição de Caldeira Brant não ter sido levada em conta, foi instaurada uma junta governativa, minando a autoridade do governo colonial.

Um processo semelhante de contestação ocorreu no Rio de Janeiro: no dia 26 de fevereiro, tropas da guarnição se reuniram no Largo do Rocio, hoje praça Tiradentes, fazendo com que D. João VI concordasse em seguir a constituição. Com sua situação em risco, o rei decidiu voltar para Lisboa, mas não foi uma decisão feita sem resistência: em março, a assembleia eleitoral que iria indicar os deputados para as Cortes (parlamento) de Lisboa exigiu que o rei adotasse de imediato a constituição espanhola, o que foi aparentemente aceito. Para impedir isso, tropas portuguesas na cidade atacaram à noite o prédio onde a assembleia se reunia e, à ponta de baionetas, expulsaram os eleitores, matando três pessoas e ferindo diversas outras. No dia seguinte, o rei emitiu decretos anulando o que tinha aprovado antes e embarcou em um navio de guerra português, deixando seu filho, Pedro, como príncipe regente – foi quando teria dito a Pedro para colocar a coroa sobre sua própria cabeça.

Em junho, as tropas portuguesas da *Divisão Auxiliadora*, no Rio de Janeiro, coagiram o príncipe Regente a jurar pela constituição que estava se redigindo em Lisboa, forçaram a mudança do ministério e a que o príncipe tomasse outras medidas, mostrando a pouca autonomia real que ele tinha.

No resto do Brasil as tensões continuaram a aumentar: em Pernambuco, moradores em Goiana exigiram que fosse instalada uma junta governativa; as tropas que permaneciam fiéis a Portugal construíram fortificações em Olinda e essas chegaram a ser atacadas por forças brasileiras, no dia 29 de setembro. As duas principais cidades da Província, Olinda e Recife, ficaram cercadas até que o governador aceitou a formação da junta e embarcou para a Europa com as forças portuguesas sob seu comando.

Para tentar minar o poder de governo do príncipe regente, as Cortes de Lisboa baixaram um decreto declarando que as capitânicas do Brasil não deveriam mais se subordinar ao Rio de Janeiro, aboliram os tribunais que tinham sido criados no Brasil e exigiram que o príncipe retornasse para a Europa, marcando passos, visando à recolonização do Brasil. No entanto, a população das províncias se mobilizavam contra a tentativa urdida em Lisboa: a junta provisória de São Paulo pediu que D. Pedro permanecesse no Brasil e no Rio de Janeiro foi feito um abaixo assinado com oito mil assinaturas no mesmo sentido – um volume expressivo, quando vemos que toda a população de homens adultos livres da cidade então não deveria exceder 20.000 pessoas.

No dia 9 de janeiro de 1822, o príncipe decidiu desobedecer às Cortes portuguesas e permanecer no Brasil, no incidente que foi conhecido como *o Fico*. Isso é um acontecimento que é estudado nos livros de história, como um marco fundamental no processo de Independência. Contudo, novamente, se dá ênfase ao ato isolado do Príncipe, como se fosse um degrau de uma escada que ele escalava sozinho. Novamente, na prática, não foi bem assim: o general Avilez, que comandava a Divisão Auxiliadora, se insurgiu contra a decisão de D. Pedro e reuniu suas tropas – 2.000 homens –, nas fortificações do Morro do Castelo, que dominavam a cidade, ameaçando bombardeá-la. Por sua vez, os cariocas prepararam para resistir e dez mil cidadãos armados se agruparam no Campo de Santana, atual praça da República, para expulsar os intrusos. Um combate só não ocorreu pois não havia reservatórios de água no Morro do Castelo, de forma que uma resistência dos portugueses no local era inviável e o general Avilez, ao receber um ultimato de sair ou ser atacado por forças que se reuniam no Rio de Janeiro, aceitou ser removido para o outro lado da baía de Guanabara. Em Niterói, já estavam reunidas unidades regulares e de milícias, que tinham vindo do interior da província, fiéis à

causa brasileira, para manter os portugueses sob vigilância. Em fevereiro, a Divisão Auxiliadora embarcou para Portugal.

Em março, uma esquadra Portuguesa chegou ao Rio de Janeiro, trazendo 1.250 soldados, mas os fortes da cidade, armados e em alerta, impediram o desembarque das tropas, de forma que seguiram para a Bahia, com exceção da fragata *Real Carolina*, que aderiu à causa do príncipe regente.

Voltando em fevereiro de 1822, as cortes de Lisboa tomaram mais um passo tentando reassumir o controle da antiga colônia: o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, nascido no Brasil e que era comandante de armas da Bahia, foi substituído pelo tenente-coronel português Madeira de Melo, uma séria quebra na hierarquia militar. A população de Salvador peticionou para que o brigadeiro fosse mantido, mas o pedido não foi aceito e no dia 11 de fevereiro eclodiu um renhido combate nas ruas da cidade, que durou até o dia seguinte. O brigadeiro Guimarães se retirou para o forte de São Pedro, onde o Regimento de Artilharia da Bahia e milicianos se reuniram para o apoiar, sendo municionados pelos paióis do forte. No dia 20, cercado por forças portuguesas e ameaçado de ser bombardeado, o forte se rendeu e o brigadeiro foi preso e remetido para Lisboa. Nesse mesmo dia, tropas portuguesas, em desordem, saquearam prédios da cidade e a abadessa do convento da Lapa, Joana Angélica, foi morta a baionetadas, quando tentava defender o convento de invasão.

Mais tarde, tropas da Divisão Auxiliadora, removida do Rio de Janeiro, desembarcaram em Salvador, reforçando a guarnição portuguesa, que começou operações de



D. Pedro expulsa o general Avilez

guerra aberta: no dia 10 de junho de 1822, Madeira de Melo ordenou um ataque contra Itaparica. O Capitão Joaquim José Teixeira, conhecido como “Trinta Diabos”, assaltou o forte de São Lourenço, matou a sentinela que cumpria o seu dever e inutilizou os canhões do forte. Também destruiu e saqueou casas na vila, fazendo com que a população fugisse para os matos.

Os brasileiros, descontentes com a situação, moveram-se para o interior, indo para a cidade de Cachoeira, onde foi instalada uma *Junta Interina Conciliatória e de Defesa*, em 25 de junho, com várias outras povoações da Bahia aderindo ao movimento – e já era um com características de uma guerra: para reprimir o movimento, a esquadra portuguesa

enviou uma barca canhoneira que bombardeou a cidade, mas o navio foi capturado pelos moradores da vila em uma audaciosa ação.

Era um conflito armado aberto e que envolvia irmãos: além das forças vindas de Portugal, parte dos moradores de Salvador, especialmente os com maiores interesses com o comércio europeu da época, permaneceu fiél à metrópole, enquanto os milicianos mais pobres e os moradores do interior começavam a se armar e mobilizar contra a opressão colonial que se tentava reimplantar. Para auxiliá-los, o príncipe regente enviou para a Bahia uma pequena força naval para bloquear Salvador, controlada por brasileiros – mas essa força teve que abandonar o bloqueio, devido aos reforços navais recebidos por Madeira de Melo. Por sua vez os baianos organizaram uma flotilha com barcos mercantes, armados com canhões retirados dos fortes do Recôncavo, sob o comando do João Francisco de Oliveira, conhecido como “João das Botas”, barcos que operavam nas águas rasas e nos inúmeros canais entre as ilhas do Recôncavo. Em terra, foi enviado o brigadeiro Labatut, com outros oficiais e alguns soldados agruparam forças em Pernambuco, marchando para Salvador, que se preparava para um cerco, recolhendo mantimentos e armamentos nos fortes da cidade – tudo isso antes de 7 de setembro de 1822.

No Rio de Janeiro, o príncipe Regente determinou em agosto que fosse preparado um grande plano de defesa da cidade. Para impedir um contra-ataque português, foram erguidos 26 fortes novos, cobrindo todos os pontos de desembarque, bem como os caminhos que levavam do interior para a cidade, muitas dessas fortificações sendo erguidas pelo esforço voluntário dos moradores da capital. Uma situação semelhante ocorreu em Pernambuco. A partir de agosto, foram construídas 23 fortificações a partir do zero na Província, que se somavam aos vários já existentes, todos reforçados e muitos reformados. Os pernambucanos, que fortemente susten-



Pequeno canhão da flotilha de João das Botas

tavam a causa da Independência, também apoiaram a construção de cinco fortes na Paraíba e três em Alagoas. As milícias foram mobilizadas, armamento e navios foram comprados no exterior e se preparavam, de todas as formas, para um conflito.

Foi nessa conjuntura que ocorreu o incidente do Grito do Ipiranga, sobre o qual não temos interesse em falar, pois será muito comentado nos próximos meses, a medida que nos aproximamos do bicentenário. Mas o 7 de setembro foi um momento resultante de uma longa trajetória e de uma situação de tensão e de combates armados que vinham acontecendo desde o início de 1821. Mais importante, esses combates não se encerrariam com as palavras do Imperador: quando disse “Independência ou Morte”, ele pensava numa ameaça real, de vida ou morte, pois havia tropas europeias e facções favoráveis aos portugueses em diversas províncias. Os navios que aderiram à causa brasileira eram poucos, enquanto a esquadra lusitana era poderosa, com diversos navios de grande porte, capazes de derrotar facilmente as poucas embarcações que tinham aderido à Independência. O exército português era grande, bem armado, treinado e liderado, com uma grande experiência de combate, sob o comando do Duque de Wellington das Guerras Napoleônicas, que ocorreram na Península Ibérica de 1808 a 1815.



Fortificações construídas no Rio de Janeiro – agosto de 1822

Havia um medo real de uma contraofensiva: Hipólito da Costa, editor do jornal *Correio Brasiliense*, publicado em Londres, escreveu que: “Notícias de Espanha, referem que a Corte de Madri fez um tratado com a de Lisboa, para esta lhe enviar um auxílio de 12.000 homens, e adiantam mais que, com efeito, um corpo de 2.000 homens de cavalaria, comandados pelo General Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda, e um belo parque de artilharia (...). Ora, o governo de Lisboa tem resolvido mandar para o Brasil 8.000 homens, que com esses 12.000 da Espanha fazem 20.000.”

Para repelir essa invasão, foram mobilizados grandes contingentes: no Rio de Janeiro, foram reunidos 10.000 soldados de tropas regulares do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais, além de um grande número de milicianos da cidade e da Província. Na Bahia, para combater Madeira de Melo, foram reunidos outros 15.000 homens, vindos do Rio de Janeiro e de Pernambuco, mas integrados, principalmente, de patriotas baianos – só na Ilha de Itaparica, então escassamente povoada, se mobilizaram 3.264 voluntários, além de 500 homens que tripulavam a flotilha de pequenos barcos de João das Botas. São comuns em documentos do Exército dessa época as inscrições de voluntários com dizeres semelhantes a esse: “Assentou praça no

recôncavo desta Província com a condição de servir até a evacuação das Tropas Portuguesas que ocupavam aquela cidade”.

Foram feitas nada menos do que 110 novas fortificações no Recôncavo e montada toda uma infraestrutura para abastecer o exército em operações: um arsenal foi erguido em Cachoeira, o relatório do Conselho Interino em Prol do Império, escrito em 1823, dizendo que:

“A pólvora, parte foi tirada das lojas e casas de negócio, e parte fornecida por um cidadão, que a fabrica mui perfeitamente; que o chumbo foi tirado dos sinos das igrejas, serpentinas d’alambiques e pesos das vendas, à exceção da quantidade, que ultimamente recebemos do Rio de Janeiro; que as balas ou foram conquistadas ao inimigo, ou mendigadas de porta em porta àqueles que as tinham, para o uso de pesar; que em suma o Patriotismo Baiano fizera aparecer através de sacrifícios, [tudo] quanto ali se nota.” O relatório continuava, dizendo que faltava tudo: “superabundava apenas o desejo de livrar a Pátria do julgo colonial”.

Não temos espaço aqui para nos alongar sobre a Guerra de Independência na Bahia, mas ela não foi, de forma alguma, uma transação “de pai para filho”. Os portugueses tentaram ativamente derrotar os patriotas: a ilha

de Itaparica foi atacada nada menos do que nove vezes, a ponto de o Imperador Pedro I conceder à ilha o título de “intrépida”. Na batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822), participaram 1.300 patriotas e 3.200 portugueses, que não conseguiram romper o cerco brasileiro, a vitória sendo obtida quando o coronel brasileiro Luís Lopes, que tinha recebido ordens de tocar a retirada, resolveu, ao invés, dar o toque de “avançar a cavalaria e degolar o inimigo” – apesar de não haver cavalaria no lado brasileiro. Os portugueses, dispersos no campo de batalha e vulneráveis a um ataque de cavalaria, preferiram se retirar, dando uma grande vitória moral aos brasileiros, que conseguiram vencer um exército mais numeroso e melhor treinado. Não foi um combate rápido e sem importância: uma fonte portuguesa da época menciona que os lusitanos teriam perdido nada menos do que 375 homens, entre mortos e feridos.

Somente em 2 de julho de 1823 – a data em que se comemora a Independência na Bahia – os portugueses, cercados e bloqueados pela esquadra brasileira, vendo seus suprimentos acabar, resolveram abandonar a praça.

Vale a pena lembrar que o jovem tenente Luís Alves de Lima e Silva abandonou seus estudos na Academia Militar para se juntar ao Batalhão do Imperador, onde se destacou em três combates em Salvador, sendo promovido a capitão, em 1824. Era o início da carreira do patrono do Exército, uma situação semelhante à de Joaquim Marques Lisboa, o futuro marquês de Tamandaré, que com 15 anos de idade, se apresentou como voluntário para servir na Guerra de Independência, embarcando como voluntário na fragata *Niterói*, que combateu os portugueses na Bahia. Também não custa dizer que Maria Quitéria, patrona do Quadro Complementar, participou dos combates da Guerra. Ela não



Cavalaria de São Paulo na defesa do Rio de Janeiro

deve ser lembrada apenas como uma mulher que desafiou os padrões de seu tempo, alistando-se pela causa pátria: alcançou fama combatendo nas trincheiras do Saubará, no Recôncavo Baiano, onde as forças de patriotas repeliram dois ataques portugueses. No momento atual, onde se dá importância aos atiradores de precisão, deve-se também dizer que Maria Quitéria está entre as primeiras pessoas a ter essa função, pois foi retratada como uma combatente, usando um dispendioso fuzil de longo alcance, que só era dado a praças escolhidas.

Mas a guerra de Independência não se resumiu à Bahia. No Piauí e Maranhão, onde havia um forte partido favorável aos portugueses, devido aos interesses comerciais de lá serem mais próximos aos de Lisboa do que ao Rio de Janeiro, o Comandante de Armas do Piauí, o major português João José da Cunha Fidié, reuniu 1.000 homens e marchou contra Oeiras, então a capital do Piauí. No rio Jenipapo, em 13 de março de 1823, uma força de patriotas piauienses e cearenses, sem uma organização militar convencional, tentou emboscar os portugueses, sofrendo, contudo, uma derrota esmagadora. Perderam 1.200 homens e os restantes debandaram pela caatinga. Mesmo assim, em face da resistên-

cia, Fidié resolveu se retrair para a cidade de Caxias, no Maranhão. Lá ele foi cercado, tentado infrutiferamente surtidas para levantar o assédio, sem conseguir. Foi uma luta prolongada e difícil, a ponto de o poeta Gonçalves Dias ter escrito sobre as trincheiras das forças de assédio: “Cada pedra que aí jaz encerra a história d’um bravo que morreu”. No dia 30 de julho de 1823, passados mais de dez meses depois do Grito do Ipiranga, o major Fidié se rendeu.

Novamente, devemos lembrar que o conflito não se encerrou nesse momento. Um grande contingente de tropas portuguesas ainda existia na América, colocando em risco o processo de separação política do Brasil; Na então Província Cisplatina, no atual Uruguai, estava a *Divisão de Voluntários Reais*, tropas portuguesas que tinham sido enviadas para lá em 1816 e que tinham levado à incorporação da antiga província espanhola ao Brasil, em 1821. Eram 3.678 homens, muitos deles veteranos das guerras Napoleônicas e ligados à causa constitucionalista portuguesa. Em julho de 1822, seu Comandante, o general Lecor, chegou a pedir navios para fazer o embarque dessas forças para a Europa, mas estes lhe foram negados.

Com a ocupação da cidade fortificada de Montevideu, as tropas que lutavam pela Independência do Brasil, principalmente gaúchos e paulistas, assim como outros uruguaios, que apoiavam o Império, não tinham condições de derrotar os veteranos portugueses, de forma que se estabeleceu um cerco a distância, com vários pequenos choques entre as duas forças. Manoel Luís Osório, que tinha assentado praça com 15 anos na Legião de São Paulo para atuar nas lutas da Independência, participou destes combates, recebendo a patente de alferes (2º tenente) por seus feitos.

A situação permaneceu indecisa no Uruguai enquanto a flotilha lusitana, de sete



Maria Quitéria

navios, controlava as águas do rio da Prata, permitindo que abastecimentos fossem enviados para Montevideu. Somente em outubro de 1823, com a chegada de uma esquadra brasileira e com a derrota da força naval lusitana em um longo combate travado no dia 21, é que a situação das tropas cercadas se tornou insustentável, o comando da Divisão de Voluntários decidindo capitular: em 14 de fevereiro de 1824, as forças portuguesas embarcaram para a Europa, encerrando o período de combates da Guerra da Independência, um ano e cinco meses depois do Grito do Ipiranga. A paz, que poria fim ao conflito, foi assinada em 29 de agosto de 1825, pois Portugal já não



Cemitério do batalhão dos mortos na batalha de Jenipapo

tinha condições de sobrepujar o Exército e a Marinha Imperiais depois das sucessivas derrotas na América.

Nosso objetivo ao escrever essas linhas não é o de recapitular os quatro anos e sete meses que durou a guerra da Independência – o espaço disponível na revista é insuficiente para isso. O que gostaríamos de apontar é a necessidade de lembrar que *houve* uma guerra, que foi mais longa do que a participação brasileira na 2ª Guerra Mundial. Também não foi incruenta – só na batalha de Jenipapo, morreram mais patriotas do que em toda a campanha da Itália: de forma semelhante ao que Thomas Jefferson disse, “o sangue de patriotas regou a árvore da liberdade”. Isso é um ponto que deveria estar sendo enfatizado nas comemorações do bicentenário da Independência, afinal, os movimentos iniciais da Guerra aconteceram no início de 1821, em Belém

e no Rio de Janeiro – há duzentos anos, portanto. Mas esses eventos estão passando em branco, sem serem lembrados.

A memória do conflito foi relevada pela falsa impressão de um movimento pacífico, criada por uma história que procurava enfatizar a continuidade entre os governos Colonial e Imperial. Acredito que essa é uma posição que não deve ser defendida pelas Forças Armadas, pois a guerra é uma parte fundamental na história da formação do País e das Forças. Como historiador, não gostaria de ouvir de novo algo que me foi dito, que a Marinha optou por não batizar um navio com o nome de João das Botas, um dos heróis da Independência, pois considerou que “das Botas” era um nome inadequado. Um esquecimento problemático, tendo em vista o papel heroico daqueles que participaram nas lutas que levaram a liberdade ao País.

Adler Homero Fonseca de Castro

Doutor em História, historiador do IPHAN, Pesquisador do CEPHiMEx, membro do IGHMB, autor da série de livros Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro.